

COMPENSAÇÃO MINERÁRIA
Parecer Único IEF/ERCO/DIUC Nº 02/2018.

1.0 DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO

Tipo de Processo / Número Instrumento	(x) Termo de Ajustamento de Conduta	TAC ASF/38/2015 - PA COPAM Nº 12999/2006/002/2013
Fase Licenciamento	Licença de Operação Corretiva - LOC	
Empreendedor	Vórtice Consultoria Mineral Ltda	
CNPJ / CPF	05.400.066/0001-92	
Empreendimento	Lavra a céu aberto com tratamento a seco – minério de ferro	
DNPM	830.978/2003	
Classe	3	
Condicionante /texto	<p>25- “Apresentar proposta de compensação quanto à área já suprimida pelo DAIA nº 0008597-D, 13020001136/10, referente ao art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013, consoante anteriormente era previsto no art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002”.</p> <p>26- “Dar prosseguimento ao trâmite processual da compensação mineraria, disposta no art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013, junto a Câmara de Proteção da Biodiversidade e da Gerência de Compensação Ambiental (CPB/GCA).”</p>	
Localização	Oliveira-MG	
Bacia	Rio São Francisco	
Sub-bacia	Rio Pará	
Área intervinda (ha)	29,35 ha	
Localização da área proposta	Unidade de Conservação: Parque Estadual Serra do Cabral	Município: Buenópolis
Área proposta (ha)	30 ha, conforme Memorial Descritivo constante na fl. 98 da Pasta GCA Nº 94.	
Equipe / Empresa responsável pela elaboração do PECM	Geralda Hélia Tobias da Silva	Engenheira de Minas CREA – 74.131/D
	Carlos Henrique Pires Luiz	Geógrafo CREA – 16242/D
	Rachel Rodrigues de Campos	Bióloga CRBio – 76070/04-D

2.0 ANÁLISE TÉCNICA

2.1 Introdução

Trata-se de expediente referente ao processo administrativo formalizado pela empresa Vórtice Consultoria Mineral Ltda com o objetivo de dar cumprimento à cláusula do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, de compensação estabelecida pelo Art. 75 da Lei Estadual 20.922/2013.

Art. 75. O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, independentemente das demais compensações previstas em lei.

Noutros termos, trata-se de processo administrativo pelo qual, o empreendedor em comento, deseja compensar florestalmente as intervenções em vegetação nativa, previstas no processo de regularização ambiental, para a implantação do empreendimento/atividade em epígrafe.

A proposta de compensação florestal apresentada pelo empreendedor refere-se ao processo administrativo de regularização ambiental COPAM Nº 12999/2006/002/2013 cujo empreendimento trata-se de lavra a céu aberto com tratamento a seco – Minério de Ferro, enquadrando-se, portanto na categoria “empreendimento minerário”.

Em virtude de supressão de vegetação e por ser empreendimento minerário, com base em justificativa apresentada no TAC/ASF Nº 38/2015, recebeu condicionante de “compensação minerária” (nº 25 e 26) prevista na supracitada lei, para continuidade de suas atividades, em reunião realizada na SUPRAM Alto São Francisco, no dia 22/12/2015:

25 - “Apresentar proposta de compensação quanto à área já suprimida pelo DAIA nº 0008597-D, 13020001136/10, referente ao art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013, consoante anteriormente era previsto no art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002”.

26 - “Dar prosseguimento ao trâmite processual da compensação minerária, disposta no art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013, junto a Câmara de Proteção da Biodiversidade e da Gerência de Compensação Ambiental (CPB/GCA)”.

Em atendimento à condicionante, o empreendedor apresentou proposta de compensação minerária em 29/07/2016, das quais solicitou-se informações complementares, que foram apresentadas em 12/04/2018. Assim, o objetivo deste parecer é avaliar a referida proposta, de modo a subsidiar a decisão da Câmara de Proteção a Biodiversidade e Áreas Protegidas do COPAM.

2.2 Área intervinda

O empreendimento encontra-se localizado no distrito de Morro do Ferro, município de Oliveira, imóvel denominado Fazenda Retiro ou fazenda Morro do Ferro. De acordo com os documentos apresentados na pasta GCA nº 94, o imóvel onde se situa o empreendimento possui área total de 326,8508 hectares.

Em análise a documentação apresentada foi verificado que a Reserva Legal da propriedade, referente a 77,82 hectares, está averbada na matrícula nº 31.177, mesma matrícula do imóvel.

O objeto deste processo de compensação florestal minerária é caracterizado pelo cumprimento da cláusula 25 e 26 do Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 22/12/2015, a qual regulariza intervenções realizadas na poligonal DNPM 830.978/2003.

De acordo com o Projeto Executivo de Compensação Florestal Minerária – PECFM, apresentado, o objetivo do empreendimento é a extração de minério de ferro para uso industrial. Todo o produto obtido no processo é comercializado na região metropolitana do Vale do Aço, MG. A lavra se desenvolve entre as cotas de nível 1.285 até a cota 1.260m. O processamento do minério se desenvolve em etapas, como: extração do minério, beneficiamento e transporte.

Consta no histórico do PECFM apresentado que o empreendimento iniciou sua operação através da emissão da Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF nº 01772/2010, expedida em 01/06/2010. Vinculado a este processo de AAF, deu-se continuidade a regularização ambiental justificando-se a supressão de vegetação no Bioma Mata Atlântica, ocorrida pela DAIA nº 0008597-D. Posteriormente, no ano de 2013, e considerando a proibição de emissão/renovação de AAF's no Estado de Minas Gerais por força da Ação Civil Pública nº 2440732.63.2010.8.13.0024, o empreendedor formalizou na SUPRAM – ASF a solicitação de Licença de Operação Corretiva – processo nº 12.999/2006/002/2013. Após esse momento, a empresa firmou junto ao órgão licenciador o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC/ASF/38/2015, de modo a lhe possibilitar a continuidade de suas atividades minerárias. No TAC/ASF/38/2015 assinado, consta em suas cláusulas 25 e 26 a apresentação da proposta e o cumprimento da compensação minerária de acordo com o art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013.

Item do TAC	Medida compensatória
25	Apresentar proposta de compensação quanto à área já suprimida pelo DAIA nº 0008597-D, 13020001136/10, referente ao art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013, consoante anteriormente era previsto no art. 36 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002.
26	Dar prosseguimento ao trâmite processual da compensação minerária, disposta no art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013, junto a Câmara de Proteção da Biodiversidade e da Gerência de Compensação Ambiental (CPB/GCA).

Quadro 1: medidas compensatórias descritas no TAC

A Área Diretamente Afetada – ADA, do empreendimento em questão totaliza 29,35 hectares, conforme informado no Projeto Executivo de Compensação Florestal Minerária e confirmado através da análise de mapas topográficos e imagens de satélite.

2.3 Proposta Apresentada

A empresa propõe o cumprimento da compensação florestal minerária mediante a doação ao Poder Público de uma área de 30 hectares localizada no interior do Parque Estadual Serra do Cabral.

O Parque Estadual Serra do Cabral está localizado no município de Buenópolis, região norte do Estado. Criado pelo Decreto 44.121, de 29 de setembro de 2005, possui uma área total de 22.494,1728 hectares.

De acordo com o PECF apresentado, dentre os atributos de grande relevância ambiental nesta UC, destacam-se a abundante rede hidrográfica formando inúmeras cachoeiras e piscinas naturais, que compõem, junto aos afloramentos rochosos, as veredas, matas e campos naturais, paisagens de grande beleza. Destaca-se ainda o grande número de sítios arqueológicos pré-históricos existentes. Em diversos locais são registradas pinturas rupestres onde predominam desenhos zoomorfos.

A área da propriedade destinada para aquisição e consequente doação, situa-se na Fazenda Buriti dos Almeidas, dentro dos limites do Parque Estadual Serra do Cabral, município de Buenópolis – MG. A propriedade em tela possui área total de 510,9022 hectares e está matriculada sob nº 7279, Livro nº 02, do Serviço Registral de Imóveis de Buenópolis (ver fl. 62 da Pasta GCA nº 94), propriedade de Joana Vitória de Souza Toledo e outros.

A Declaração datada de 20 de janeiro de 2016, emitida pelo Gerente do Parque Estadual Serra do Cabral, anexada ao processo (folha. 114 da Pasta GCA nº 94), atesta que “... o imóvel citado está *PARCIALMENTE* inserido nos limites da Unidade de Conservação de Proteção Integral – Parque Estadual Serra do Cabral, com bioma Cerrado, conforme documento em anexo constando os limites do Parque e a referida área, a qual encontra-se pendente de regularização fundiária” (Anexo I). Nesta Declaração o gerente ainda informa que dos 510,9022 hectares da propriedade, apenas 1,42 hectares estão fora dos limites da referida UC. Em conferência dos limites enviados em formato kml com a área oficial do Parque, verificamos que a área destinada a compensação em tela, encontra-se totalmente inserida dentro dos limites da Unidade, portanto, pendente de regularização fundiária.

Acrescenta-se que, para o cumprimento da proposta em questão, a propriedade de 510,9022 hectares acima apresentada destinada a compensação ambiental em tela deverá ser desmembrada para a efetiva aquisição, conforme apresentado no Cronograma de Execução das Ações, constante do PECFM (folha. 52 da Pasta GCA nº 94).

No anexo II deste parecer, apresenta-se imagens da área proposta em relação ao Parque Estadual Serra do Cabral, bem como sua localização na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

2.4 Avaliação da proposta

Com base em análise realizada em software de geoprocessamento, a área da poligonal shape enviada pelo empreendedor, destinada à compensação em tela, é de 30 ha. Importante destacar que este arquivo poligonal consta no CD anexo à fl. 192 da Pasta GCA nº 94.

Tanto a planta altimétrica quanto o memorial descritivo da área total o qual engloba a área proposta para a compensação ambiental em tela constam da Pasta GCA nº 94. O responsável técnico pela elaboração desses documentos é a Técnica em Agrimensura, Irene Rodrigues Faria, CREA 186498TD e o Engenheiro Agrônomo, José Geraldo Abasse, CREA 41969/D. Conforme o Memorial Descritivo constante da fl. 98, a área proposta para a compensação ambiental tem 30,0 ha.

Assim, com base nos documentos relativos às informações acima apresentadas, verifica-se que a área proposta para a compensação ambiental em tela é de 30,0 ha, área requerida pela condicionante nº 25 e 26 do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC/ASF/38/2015, atendendo portanto o Art. 75 da Lei Estadual 20.922/13. Uma vez que este parecer não visa avaliar os dados contidos no Memorial Descritivo (fls. 98 da Pasta GCA nº 94) é importante destacar a necessidade de conferência dos mesmos por parte da GREF/IEF quando da elaboração da “Minuta da Escritura Pública de Doação Plena”.

Com relação à forma de compensação, a proposta apresentada compreende a doação de área no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral, pendente de regularização fundiária, atendendo também o Art. 75 da Lei Estadual 20.922/13.

Acrescenta-se que em ambos os critérios, a proposta atende também o CAPÍTULO II DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS Art. 2º, inciso I, da Portaria IEF 27/2017:

(...) Art. 2º - A compensação florestal a que se refere o § 2º do art. 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013 implica na adoção das seguintes medidas por parte do empreendedor:

I - Destinação, mediante doação ao Poder Público, de área no mínimo equivalente à extensão da área efetivamente ocupada pelo empreendimento, incluindo a extração do bem mineral, construção de estradas, construções diversas, beneficiamento ou estocagem, embarque e outras finalidades, independentemente da supressão de vegetação nativa, localizada no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral pendente de regularização fundiária; (...).

Ressalta-se que o Parque Estadual Serra do Cabral é Unidade de Conservação de Proteção Integral e que a área proposta para compensação em tela, conforme Declaração emitida pelo Gerente do Parque (Anexo I) encontra-se pendente de regularização fundiária.

Assim, com base nos aspectos observados conclui-se que a proposta apresentada no Plano Executivo de Compensação Minerária atende a legislação ambiental vigente.

2.5 Cronograma de regularização da área

A seguir apresenta-se o cronograma proposto pelo empreendedor para cumprimento de todas as etapas necessárias para a regularização fundiária de área proposta.

Quadro 1 – Cronograma de execução das ações

Ação	Detalhamento da Atividade	Período de Execução	
		Início	Fim
Escolha da área	Negociação da compra da gleba de 30 ha na propriedade Fazenda Buriti dos Almeida, e assinatura do Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra atestando a promessa da venda do imóvel.	jun/16	Jul/16
Elaboração do Projeto executivo de compensação florestal	Elaboração do PECF de acordo com Portaria IEF nº90/2014 e o Anexo II – Termo de Referência – Lei Estadual nº.: 20.922/2013	Jul/16	Jul/16
Apresentação da documentação	Certidão trintenária atualizada de inteiro teor da matrícula do imóvel registrada perante o Cartório de Registro de Imóveis Competente	Jun/16	Jun/16
	CCIR	Dez/15	Jan/16
	Quitação do ITR	Dez/15	Dez/15
	Certidão de ônus reais	Jun/16	Jun/16
	Certidão de ações reais e reipersecutórias;	Jun/16	Jun/16
	Certidão negativa de débitos de imóvel rural perante a Receita Federal do Brasil;	Jun/16	Jun/16
	Planta topográfica e memorial descritivo da gleba de 30 ha a ser desmembrada da propriedade Fazenda Buriti dos Almeida	Jun/16	Jul/16
	Declaração do Gerente da Unidade de Conservação atestando que a área a ser doada encontra-se localizada no interior da Unidade de Conservação de Proteção Integral	Jan/16	Jan/16
Compra da área*	Pendente		
Registro no cartório*	Pendente		
Elaboração e assinatura do contrato de doação*	Pendente		

*O período de execução destas ações ocorrerá após a aprovação do órgão e desmembramento da gleba de compensação.

Quadro 2: cronograma de atividades de compensação.

Destaca-se que este cronograma deve constar no termo de compromisso, de modo que o cumprimento parcial da condicionante seja avaliado em termos de cumprimento do cronograma.

Acrescenta-se que o cumprimento total da condicionante se dará quando for concluída a doação da área proposta ao Instituto Estadual de Florestas.

3.0 CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de processo formalizado com a finalidade de apresentar proposta visando à compensação Florestal Minerária exigência do art. 75 da Lei 20.922/2013 e em atendimento à Condicionante nº 25 referente ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), PA COPAM nº TAC/ASF/038/2015 – com área diretamente afetada (ADA) de 29,35 ha.

A proposta de compensação apresentada pelo empreendedor está em conformidade com a legislação vigente do Art. 75, § 2º da Lei Estadual nº. 20.922/2013 e a documentação exigida pela Portaria nº 27, de 07 de abril de 2017 que estabelece procedimentos para o cumprimento da medida compensatória encontra-se devidamente formalizada e instruída.

Imprescindível asseverar que caso a presente proposta seja aprovada pela CPB/COPAM, o empreendedor se comprometerá, via assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF, a proceder a doação da área mediante à lavratura de escritura pública de doação do imóvel ao órgão gestor da unidade, e o seu consequente registro perante o CRI competente.

Assim, uma vez que a documentação exigida, bem como, a proposta apresentada atende os requisitos técnicos e legais entende-se que não há óbices para o acatamento da proposta.

4.0 CONCLUSÃO

Considerando-se as análises técnica e jurídica realizadas infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do artigo 13 do Decreto 46.953/2016.

Ainda, considerando os aspectos técnicos descritos e analisados, bem como a inexistência de óbices jurídicos no cumprimento da proposta de Compensação Minerária em tela, este Parecer é pelo deferimento da proposta de compensação florestal minerária apresentada pelo empreendedor nos termos do PECM analisado.

Acrescenta-se que caso aprovado, os termos postos no PECM e analisados neste parecer constarão em Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o IEF no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da decisão da CPB/COPAM.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação minerária em tela não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Smj.

Divinópolis, 23 de dezembro de 2019.

Equipe de análise	Cargo/formação	MA SP	Assinatura
Dayane Nayara de Carvalho	Analista Ambiental	1.363.958-8	
Priscila Ruas Lopes	Coordenadora de Controle Processual e Autos de Infração	1.398612-0	

DE ACORDO:

Amanda Cristina Chaves
Supervisora Regional – IEF
Masp: 1.316.503-0

Anexo I



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Escritório Regional de Florestas e Biodiversidade Centro Norte – ERCN
Gerência do Parque Estadual Serra do Cabral



DECLARAÇÃO

Parque Estadual da Serra do Cabral, 20 de JANEIRO de 2016.

Assunto: Declaração de localização de imóvel.

Declaro, para os devidos fins, que a área pertencente ao **Sr. JOANA VITÓRIA DE SOUZA TOLEDO**, situada na Serra do Cabral, na Fazenda Buriti dos Almeida, Município de Buenópolis – MG; conforme Certidão de Inteiro Teor fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Buenópolis, **AV-01, matrícula nº 7.279, protocolo 17.272 de 19/11/2015**, tendo como referência as coordenadas que constam no documento apresentado, e que confirmam que o imóvel citado está **PARCIALMENTE** inserido nos limites da Unidade de Conservação de Proteção Integral – Parque Estadual Serra do Cabral, com bioma Cerrado, conforme documento em anexo constando os limites do Parque e a referida área, a qual encontra-se pendente de regularização fundiária.

Parcela da Propriedade inserida nos limites da Unidade de Conservação: 508,99ha
Parcela da propriedade fora dos limites da Unidade de Conservação: 1,42ha

Este documento não tem validade como laudo técnico.

Atenciosamente,

Jarbas Jorge de Alcântara

Gerente do PESC

Jarbas Jorge de Alcântara

Masp: 10206019

Gerente da UC

Parque Estadual da Serra do Cabral

= AUTENTICAÇÃO =

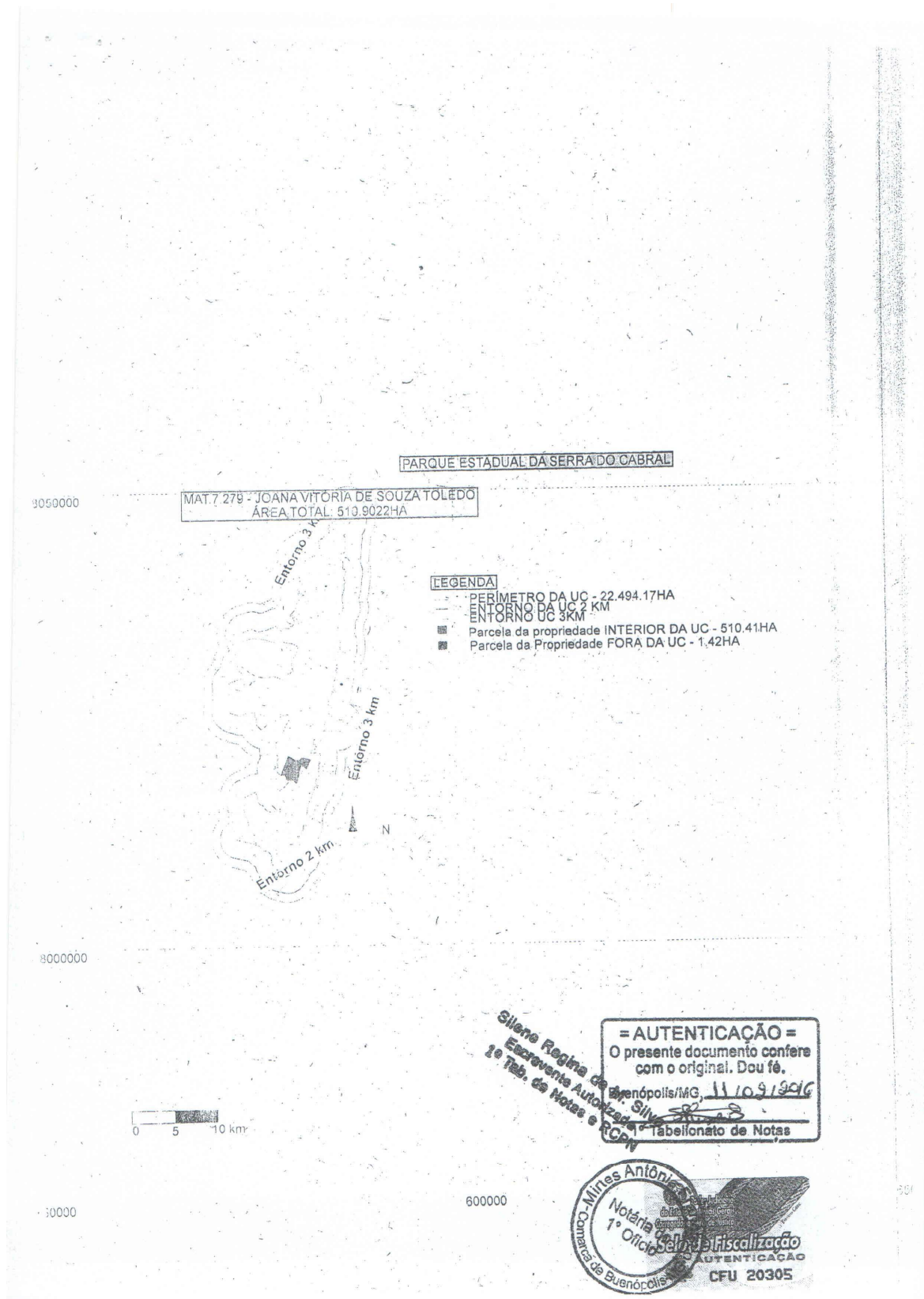
O presente documento confere com o original. Dou fé.

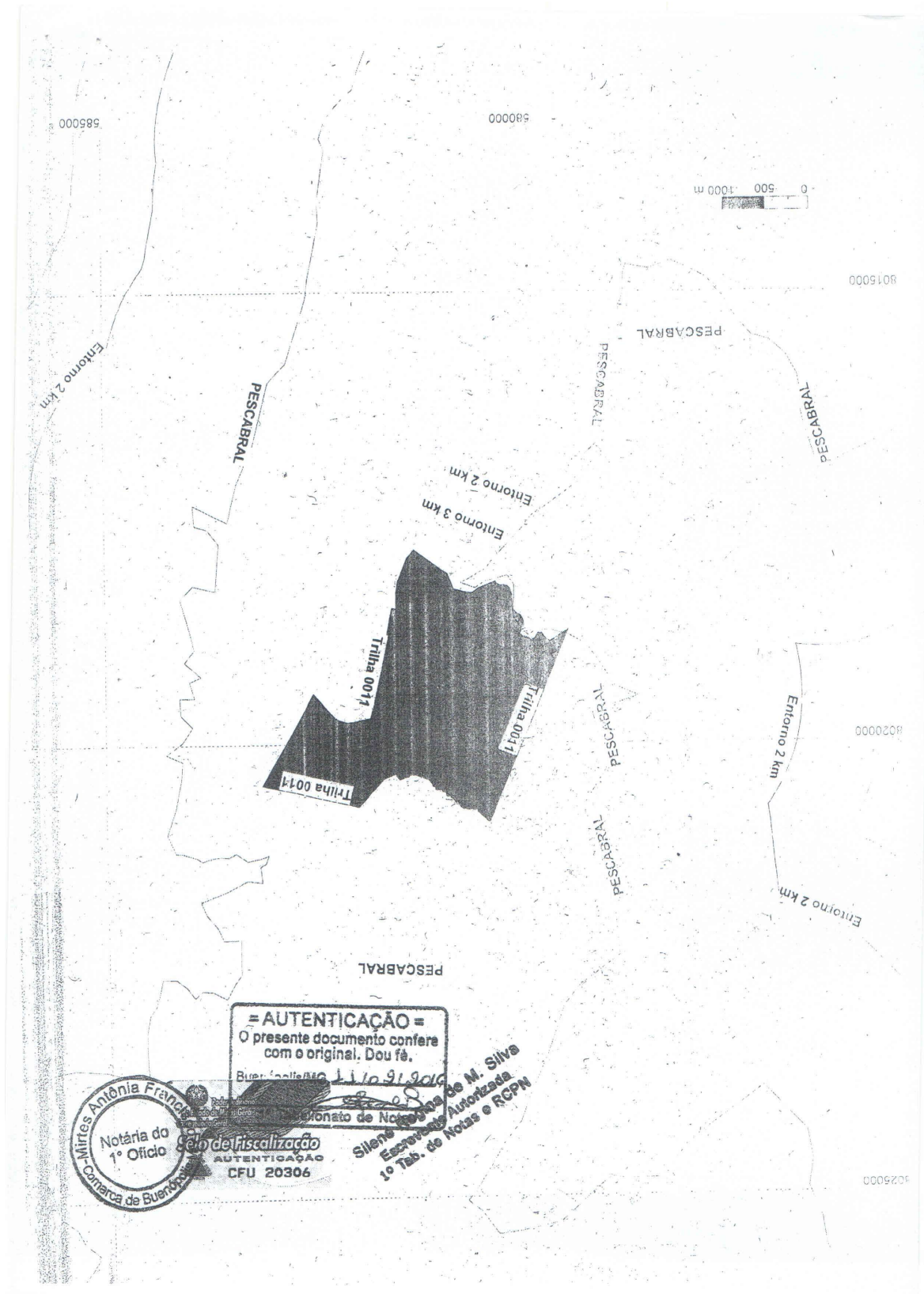
Buenópolis/MG, 11.02.2016

[Assinatura]

Escritório Regional de Florestas e Biodiversidade Centro Norte – ERCN







Anexo II

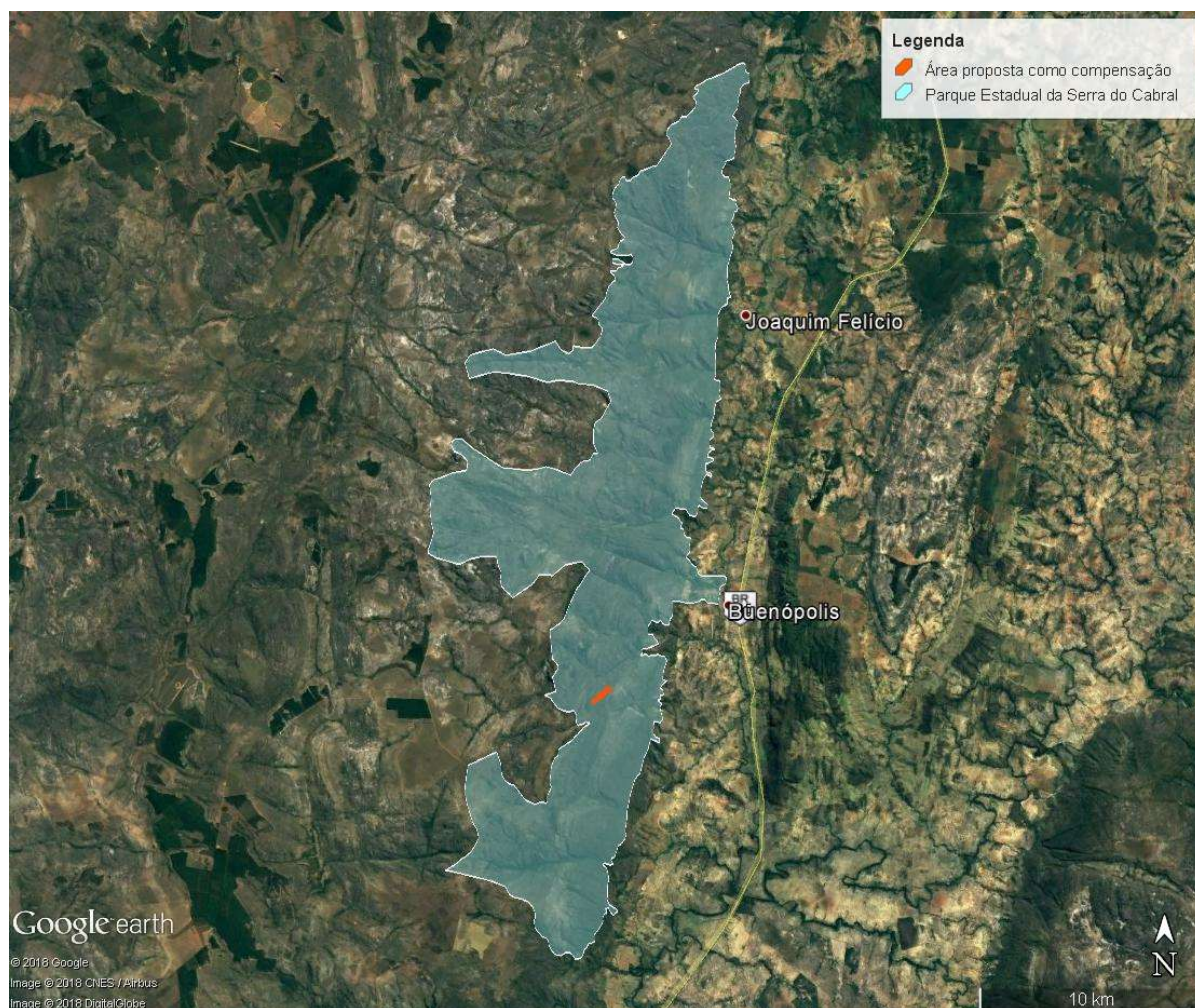


Imagem 1: Destacado em verde claro os limites do Parque Estadual Serra do Cabral, e destacado em vermelho a área destinada a compensação minerária. Fonte: Google Earth.

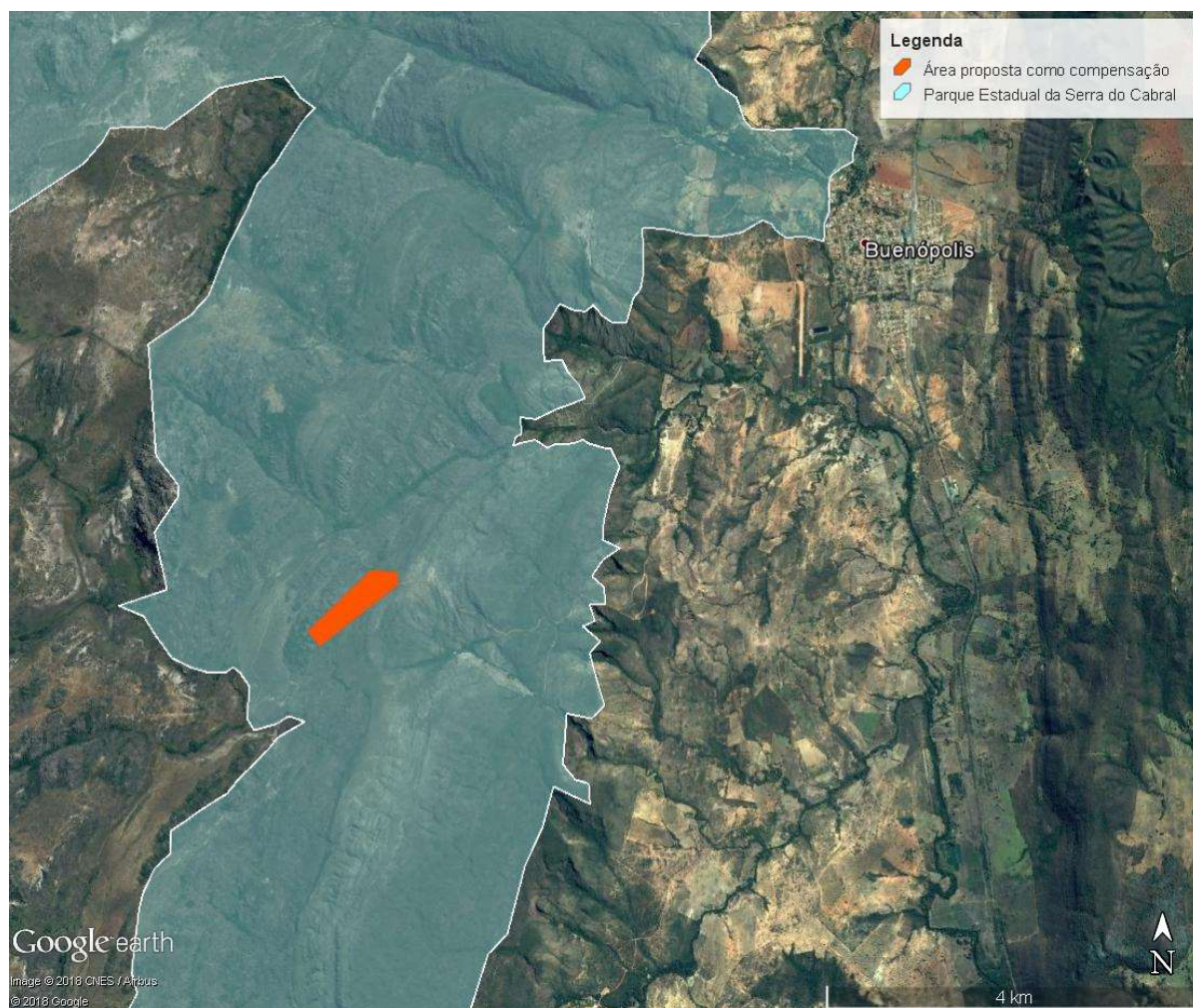


Imagem 2: Imagem 1 aproximada. Fonte: Google Earth.

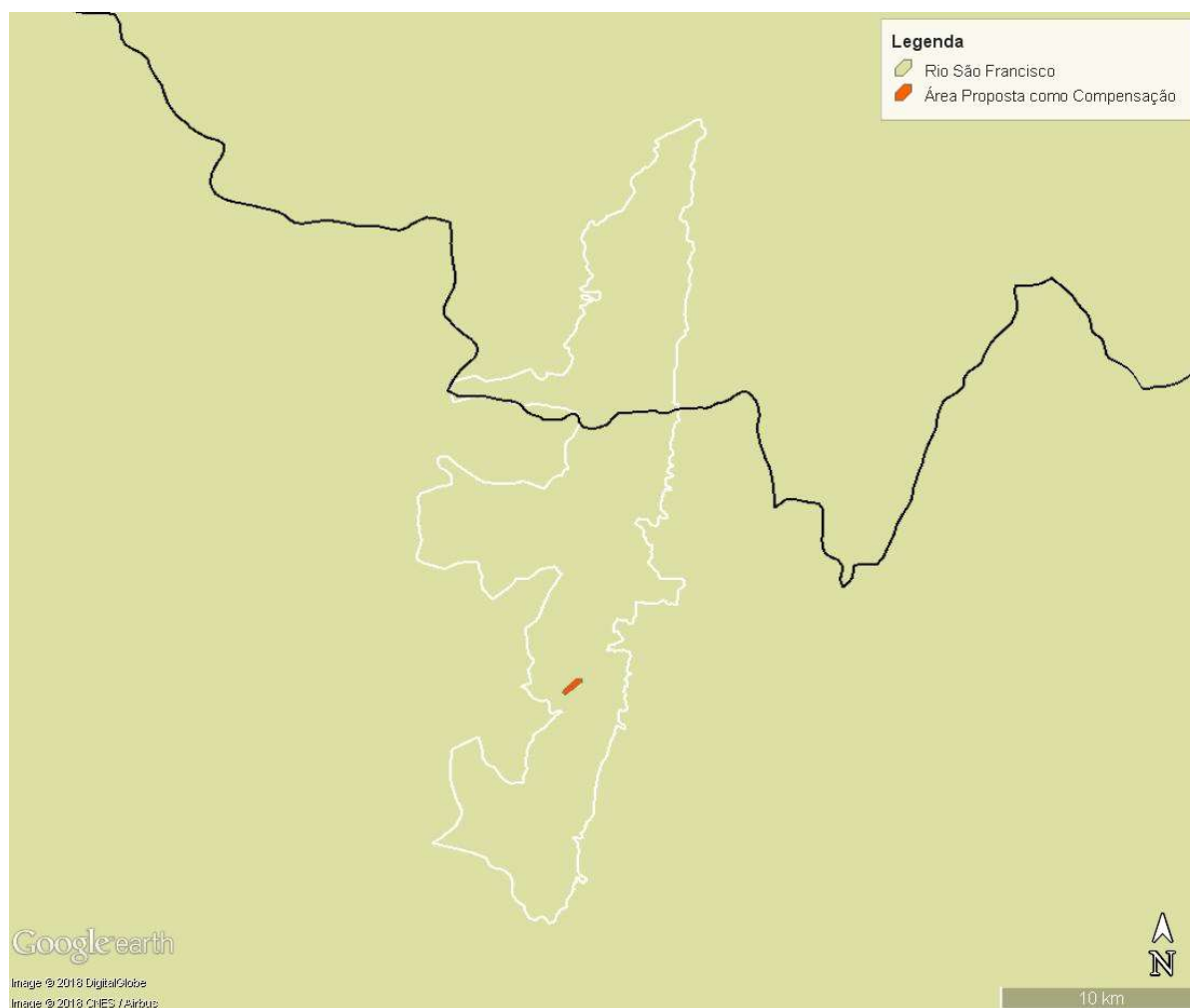


Imagem 3: Área proposta para compensação mineralária x Bacia Hidrográfica. Fonte: Google Earth.